

Presença familiar e aprendizado da criança da educação infantil

Fabírcia Pereira Delgado¹

Bárbara Cristina Heitor Silva²

RESUMO: A pesquisa bibliográfica cujo tema aborda a “Presença familiar e aprendizado da criança da educação infantil” teve como objetivo compreender a história da educação infantil e a relação com as famílias, levantar considerações importantes sobre os papéis da instituição escolar e da instituição família no processo e ensino-aprendizado das crianças, e refletir sobre como pode ocorrer as formas de participação entre as duas instituições estudadas. As crianças, que na antiguidade eram vistas como seres frágeis e desprovidas de direitos, hoje em dia ocupam um espaço importante na sociedade, são protegidas por leis e a elas são assegurados os direitos essenciais a vida incluindo a educação de qualidade. É função da família oferecer as crianças a educação primária ensinando os valores morais e éticos, para que respeitem o coletivo e a diversidade cultural. A escola cabe o dever de promover o ensino secundário formando indivíduos críticos e reflexivos para debater questões de ordem política, econômica e cultural. Assim, para alcançar o desenvolvimento integral, família e escola precisam trabalhar em parceria compartilhando experiências que resulte no ensino significativo.

Palavras-chave: Família. Escola. Parceria. Aprendizagem. Pesquisa bibliográfica.

1. Introdução

A experiência vivida pela pesquisadora foi a motivação para esse processo de investigação, quando ao se deparar com situações em que os alunos chegavam à sala de aula sem os deveres de casa concluídos, ou mesmo, sem o devido material necessário para realizar as atividades que estavam programadas, trazia a tona a questão familiar para o contexto da sala e para a relevância dessa participação efetiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu art. 29, compreende a educação infantil como “primeira etapa da educação básica”, e que “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). Logo, percebe-se que a educação não é função exclusiva da escola. A

¹Graduanda/o do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: fabriciapd@hotmail.com

²Pedagoga, Mestra em Educação pela Universidade Federal de Lavras e professora no curso de Pedagogia do Centro Universitário de Lavras – Unilavras.

educação envolve o seio familiar e também a comunidade que devem estar abertas para receber as crianças, oportunizando e contribuindo para a efetivação do ensino.

Portanto, a Educação Infantil promovida pela instituição escolar e amparada pelo contexto familiar constituem o alicerce para o início do processo educativo da criança como um momento de descoberta de um novo mundo, de aprendizado e oportunidade de ampliar os valores éticos.

Num contexto onde as crianças estão cada vez mais inseridas no ambiente escolar, pesquisas que têm como foco a relação da família e escola possuem suas justificativas assentadas no fato de que essa integração proporciona um cuidar e educar pautado no ensino de qualidade, embasado nos princípios democráticos para formar indivíduos críticos e reflexivos na sociedade.

A literatura reconhece que a presença da família na escola pode ser o gerador de muitas potencialidades para o aprendizado, pois é no ambiente familiar que as crianças se sentem seguras, amadas e respeitadas e é nela que se propaga os valores morais que as crianças vão absorver no decorrer dos anos. A família é o primeiro contato de socialização das crianças, ela é responsável pela educação inicial e está encarregada pelo seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo, ou seja, a família é a base fundamental para a formação da personalidade das crianças.

Diante do exposto, a questão da presença familiar e aprendizado da criança da educação infantil levaram-nos a perseguir o objetivo de refletir sobre a participação da família e sua relação com o ensino e aprendizagem da criança da educação infantil. Além disso, temos como objetivos secundários compreender a história da educação infantil, levantar considerações importantes sobre os papéis de cada instituição na educação da criança, refletir sobre o desenvolvimento da criança e participação ativa, ou não das famílias nesse processo.

Apoiamo-nos na pesquisa bibliográfica como Metodologia de pesquisa utilizada para realizar o presente estudo, com o intuito de subsidiar o enfoque teórico, realizando a análise de vários autores, propiciando discutir a importância da relação família-escola no processo de aprendizagem das crianças. Amaral (2007, p. 01), destaca que a pesquisa bibliográfica “é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho”. Este

tipo de pesquisa pode ser desenvolvido utilizando o estudo de livros, periódicos, artigos, sites de internet.

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (PIZZANI et al. 2012, apud BOCCATO, 2006, p. 266).

Desta forma, a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador explicar ou mesmo apresentar resultados para uma situação problema, contribuindo significativamente para obtenção de conclusões inovadoras.

2. Desenvolvimento

2.1 Educação Infantil: caminhos históricos, lugar do aprender

Durante anos, não havia a ideia sobre a importância do significado de infância no Brasil. As crianças eram tratadas como adultos e depois de certa idade eram obrigadas a trabalhar em serviços pesados e insalubres. Henick e Faria (2015, p. 25826), descrevem que “os pais contavam com a ajuda de seus filhos para realizar plantações, a produção de alimentos nas próprias terras, pescas, caças, por isso, assim que seus filhos tinham condições de se manterem em pé, já contribuía para o sustento da família”. Até início do século XX as crianças não eram vistas como um ser frágil e que carecia de cuidados específicos e suas peculiaridades eram negligenciadas pelas famílias e pela sociedade. Os castigos físicos e emocionais eram constantes e conseqüentemente eram desprovidas do privilégio de brincar e estudar. “O atendimento educacional ainda não existia para os filhos dos pobres. Seu destino era se tornarem cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos da elite eram instruídos por professores particulares” (GUIMARÃES, 2017, p. 89). Ou seja, o ensino educacional infantil era destinado exclusivamente para as crianças ricas filhos da elite, enquanto a parcela mais pobre da sociedade exercia suas funções de trabalhadores que contribuía no custeio da sobrevivência familiar.

A partir da Revolução Industrial a sociedade capitalista brasileira começa a sofrer drásticas modificações alterando o modo de vida dos trabalhadores e suas relações sociais. O processo de industrialização favorecia o acelerado crescimento de mão-de-obra barata, aumentando os campos de trabalho.

Desta forma houve a necessidade das mulheres das classes desfavorecidas trabalharem nas fábricas, onde até então, umas das suas tarefas era cuidar dos filhos. Sendo assim, ao trabalhar elas não tinham com quem deixar os filhos no período em que estavam no trabalho, surgiram então as primeiras instituições que abrigavam as crianças oriundas de mães trabalhadoras, essas instituições eram denominada como creche. (CARMO; CINTRA, 2017. p. 06).

As creches surgiram a partir da agitação da classe operária que reivindicava um espaço onde seus filhos pudessem permanecer até o fim do dia. De acordo com os estudos de Guimarães (2017, p. 89), as primeiras creches brasileiras manifestavam um caráter caridoso voltado para uma faixa etária específica e qualificava as mães como pobres trabalhadoras. Essas instituições eram notadas com preconceito pela sociedade, pois eram destinadas para crianças pobres e carentes com atividades voltadas para o cuidado como corpo, saúde e alimentação (GUIMARÃES, 2017, p. 89).

A educação não era direito da criança e também não possuía caráter obrigatório, o Estado era omissivo, e as ações dentro das creches eram realizadas através de práticas filantrópicas e assistencialistas. Os locais eram vistos apenas como um ambiente de acolhimento para as crianças pequenas. Não possuía qualquer vínculo afetivo nem relatos de atividades voltadas para a educação. Essa falta de afetividade pode ser sentida quando Lima (2016, p.10), afirma que

A organização inicial da educação infantil voltava-se ao aspecto higienista, era realizado esse atendimento por médicos e mulheres beneficentes da alta sociedade, que combatiam o alto índice de mortalidade infantil. O movimento higienista, defendia a maternidade, dava ênfase à amamentação, aos cuidados e a educação no seio familiar, defendia também a permanência das crianças na família, e viam a creche apenas como uma alternativa para as mães trabalhadoras que não poderiam ficar com seus filhos durante o dia. (LIMA, 2016, p.10).

“Nos anos oitenta a população começa a cobrar do Estado uma educação pública, mesmo que ainda não seja do direito da criança, mas da mulher trabalhadora” (CARMO; CINTRA, 2017. p. 07). Esse cenário começa a se transformar com a Constituição Federal de 1988, onde a criança passou a ser vista como sujeitos de direitos e “a educação passa a ser vista como direito de todos e dever do Estado e da família”, mediante a participação da

sociedade, tendo em vista o desenvolvimento das pessoas para o exercício da cidadania e aptidão para o trabalho (BRASIL, 1988).

Desta forma, as discussões em torno da educação infantil ganham destaque e os movimentos são voltados para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais oferecidos as crianças. O Estado passa a garantir “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988). Esse marco simboliza o começo dos primeiros passos de rompimento do atendimento assistencialista das crianças nas creches, fato esse que persistiu durante vários anos no Brasil.

O investimento de recursos em instituições de Educação infantil tornou-se parte das políticas públicas no Brasil, esse investimento proporcionou o aumento da qualidade do cuidado na educação das crianças, buscando assegurar a equidade de gênero, raça, etnia e classe social das crianças dentro do ambiente educacional (AMORIM et al, 2020). As instituições voltadas para a Educação infantil nos dias atuais possuem o intuito de promover o desenvolvimento integral das crianças e busca constantemente oferecer uma educação pautada na qualidade do ensino.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p. 12), a Educação Infantil consiste na

“primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2010, p. 12)”.

A LDB de 1996, garante que a educação infantil seja ministrada pelas creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade. E considera a educação infantil, a “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

Hoje em dia as crianças são protegidas por leis e reconhecidas como

sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p.12).

Ou seja, nos dias atuais, a preocupação em proporcionar uma ambiente saudável com a intenção de promover o pleno bem-estar das crianças, ganha destaque na sociedade. O cuidar, educar e brincar fazem parte das funções desenvolvidas nas creches que realizam um trabalho interdisciplinar e planejado, envolvendo atividades que estimulam o processo de desenvolvimento motor, social, cognitivo e emocional das crianças. Ao ingressarem na Educação Infantil esses fatores precisam ser trabalhados simultaneamente, garantindo que as crianças desenvolvam suas potencialidades e se sintam acolhidas, tornando o aprendizado dentro da instituição de ensino espontâneo e significativo.

“Assim como na creche, na família, a criança passa por processos de socialização que culminam em aprendizado e influenciam no seu comportamento diante de situações cotidianas. Durante o processo de socialização, são os pais que decidem a maneira como se processa o ensino-aprendizagem de seus filhos de acordo com a cultura e o meio em que vivem”. (LIMA, 2016, p.18).

Tendo em vista esse novo cenário de mudanças na sociedade brasileira, investigar a ação da família é importante para essa fase da educação infantil, pois é na família que se inicia o processo educativo e é nela que as crianças se espelham e reproduzem suas atitudes.

Nogueira afirma que (2006, p. 159), a família é uma “Instituição social mutante por excelência, ela apresenta configurações próprias a cada sociedade e a cada momento histórico, embora sua existência seja um fato observado universalmente”.

De acordo com Nogueira (2006), essas mudanças começam a acontecer a partir do século XX e segundo o autor Lima (2016), são de ordem econômica, política e social e que interferem na forma como essas famílias tem se organizado dentro da sociedade, um exemplo dessa mudança familiar descrita por Lima (2016), são as mães da atualidade que se tornaram provedoras do lar e passaram a ter um número reduzido de filhos (LIMA, 2016, p.12-13). Já o autor Nogueira (2006), em seus estudos descreve que essas mudanças na composição familiar são devido a diminuição do número de casamentos na sociedade atual, da diversificação dos arranjos familiares surgindo novos tipos de famílias, assim como, as famílias monoparentais, famílias recompostas, famílias monossexuais, e da limitação do poder, devido o aumento da força de trabalho feminino, bem como o avanço de técnicas contraceptivas e das mudanças de mentalidade.

Devido a esses fatores, surgem novos valores elevando o respeito pela individualidade e autonomia, o autoritarismo deixa de ser vigente na sociedade atual e a relação de pais e

filhos se dá através do diálogo e comunicação (NOGUEIRA, 2006). A família ganha uma nova roupagem deixando de ser constituída pelo conceito de família convencional descrito pela Constituição Federal de 1988, e amplia suas responsabilidades em relação a educação infantil, pois a família representa a base fundamental para a construção da personalidade da criança e é seu dever cuidar e zelar pela educação inicial das crianças garantindo o seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo.

Sendo assim, podemos afirmar de acordo com Dourado (2018, p. 37), que a organização familiar se diversificou, porém em sua essência está presente o vínculo afetivo, o amor e valores onde contribui para humanização do ser. Ainda segundo a autora “a família não é um simples fenômeno natural, pelo contrário, é uma instituição social que varia no tempo e apresenta formas e finalidades diferentes dependendo do grupo social em que esteja” (DOURADO, 2018. p. 37).

“O modelo de família nos dias atuais se configura por meios de acontecimentos culturais, econômicos e políticos. E mesmo que as famílias se diversificaram a participação e o diálogo e sua importância deve continuar, por parte das mesmas e da escola” (DOURADO, 2018. p. 37).

2.2 A Aprendizagem na educação infantil: papel da escola e papel da família

Depois de um breve relato sobre o histórico do processo de educação infantil e seus impactos na sociedade, principalmente na concepção de família, veremos agora a importância do papel da escola e da família para o desenvolvimento educacional infantil.

A Escola Nova surgiu no Brasil na primeira metade do século XX, esse movimento representou o início da reorganização do ensino brasileiro. Campos (2011, p. 07), ressalta em seus estudos que “para os escolanovistas, a educação deveria ser única e comum para todos e o ensino deveria ser laico, uma vez que a escola não deveria ser um mecanismo de propagação de crenças e doutrinas religiosas”.

O ensino diante dessa visão de rompimento com os laços religiosos passa a ter o aluno como foco de atenção e preocupação. Para Nogueira (2006), o escolanovismo passou a questionar os métodos pedagógicos tradicionais, recusando a ideia da visão de criança como um adulto em miniatura, defendendo as especificidades próprias da infância, compreendendo o aluno como um ser ativo e que faz parte do processo de ensino-aprendizagem. O autor

afirma que dentro da Nova Escola o trabalho educativo deve manter a “conexão com as vivências trazidas de casa pelo educando” (NOGUEIRA, 2006, p. 161). Ou seja, dentro da perspectiva da Escola Nova, os professores juntamente com as equipes gestoras devem trabalhar a criança e sua singularidade, levando em consideração o meio ao qual pertence, assim como sua cultura, respeitando a diversidade proporcionando um ensino democrático, valorizando as particularidades de cada criança. Se antes a educação era função exclusivamente do ambiente escolar, a Escola Nova traz à tona a importância da família no ambiente educacional.

A família reapareceu com o intuito de colaborar com a educação dos filhos. Para que realmente o lema de “instruir e civilizar” por meio da educação se efetivasse, a família não poderia ficar isolada do processo educativo. Foi por intermédio do movimento escolanovista e higienista que a aproximação da escola com a família se destacou. (CAMPOS, 2011, p.04).

Este período foi marcante para a educação brasileira, em 1932 foi formulado o documento “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, esse documento ressaltou em seu corpo teórico a importância do papel da família no ambiente educacional, destacado que a instituição escolar “deve reunir em torno de si as famílias dos alunos”, incentivar as iniciativas dos pais em prol da educação e desenvolver atividades de cooperação entre os pais e os professores” (CAMPOS, 2011, p.08).

Ainda de acordo com os estudos de Campos (2011), as famílias passaram a ser vistas como facilitadoras do processo educativo, reconhecendo que essas novas posturas contribuíam significativamente para a formação e desenvolvimento de seus filhos obtendo um resultado positivo e adequado no processo de ensino aprendizagem. A família seria então apresentada na escola como necessária e responsável pela intermediação do ensino, propagando valores morais e éticos, ressaltando a importância dos conceitos de “instruir e civilizar” apontados anteriormente por Campos (2011). A família é parte integrante e essencial na vida das crianças, ela é responsável por disseminar, nutrir e manter as relações afetivas na sociedade.

O ambiente familiar proporciona na criança o desenvolvimento de sua personalidade, o meio em que ela cresce, atua, desenvolve e permite a mesma expor seus sentimentos, experimentar as primeiras recompensas e punições sofrendo influência em decorrência da forma em que é tratada. (ZANE, 2013, p. 15).

É dela a principal tarefa de corrigir e educar proporcionando para as crianças um lugar seguro, preparando-as para a tomada de decisões. É função da família assegurar a educação

primária e informal, procurando sempre criar seus filhos para que sejam indivíduos que respeitem o coletivo e a diversidade cultural. No ambiente educacional, as famílias tem a função de proporcionar o incentivo aos estudos, observando de perto as dificuldades e o processo de avanço no ensino objetivando o pleno desenvolvimento do aprendizado.

De acordo com os estudos de Zane (2013), a educação formal é reproduzida em espaços específicos, a autora destaca a escola como principal instituição reprodutora de conhecimento formal e pondera que essa educação é transmitida através de conhecimentos científicos, obedecendo ao tempo histórico, sistematizado, acumulado e reproduzido pela humanidade. Para Libâneo (2015, p.03), “as escolas têm por principal objetivo a formação científica e cultural dos alunos visando prepará-los para a vida profissional, cultural e cidadã e, para isso, necessitam de procedimentos e meios organizacionais”. Segundo o autor o intuito das instituições escolares é educar e ensinar utilizando metodologias pedagógicas, curriculares a fim de obter êxito nas aprendizagens.

“As escolas são vistas, também, como lugar em que as pessoas aprendem coisas, é um lugar em que as pessoas compartilham ideias, opiniões, formas de resolver problemas, ou seja, compartilham uma visão de mundo, formam uma certa cultura” (LIBANEO, 2015. P 04).

Sendo assim, as escolas na atualidade possuem a função de socialização, seu dever é formar alunos críticos e reflexivos para enfrentar as questões econômicas, políticas, culturais e sociais tão presentes na sociedade contemporânea. A BNCC (2017), afirma que as creches e as pré-escolas quando acolhem as crianças e respeitam suas vivências e seus conhecimentos vindos do ambiente familiar e da comunidade em que estão inseridas, tem a intenção de amplificar as experiências, os conhecimentos e as habilidades dessas crianças, diversificando e materializando novas aprendizagens, trabalhando de forma complementar com a educação familiar.

A perspectiva é utilizar metodologias que ajudem essas crianças a desenvolverem suas competências e habilidades tornando-se pessoas ativas, cidadãos participantes e que possam opinar e propor sugestões de mudanças que viabilizem a melhoria da qualidade do ensino.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017, p.06).

Diante dessa afirmativa, Libâneo (2015, p.07), ressalta que “as práticas institucionais e as práticas pedagógicas” proporcionam “condições motivacionais e condições intelectuais” que favorecem o processo “de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos”. Estes processos permitem “mudanças na personalidade referentes aos conhecimentos que adquirimos, aos valores e atitudes que incorporamos, à nossa capacidade de agir, ao nosso modo de nos relacionar com os outros” (LIBÂNEO, 2015, p.07).

Nesta mesma lógica de pensamento, Nogueira (2006, p.161), afirma que a “equipe educacional (professores, e orientadores) necessita conhecer a criança que chega ao ambiente escolar, ajustando novas ações pedagógicas para atender a demanda da criança”.

Em se tratando da relação família e escola, Nogueira (2006, p. 161), garante que atualmente “o discurso da escola afirma a necessidade de se observar a família para bem se compreender a criança, assim como para obter uma continuidade entre as ações desses dois agentes educacionais”. Ou seja, o ensino hoje deixa de ser autoritário, baseado em castigos severos, abrindo espaço para o diálogo, objetivando conhecer as inquietações das famílias, abrindo as portas para um ensino democrático, baseado na observação na reflexão dos valores, apoiando atitudes que possam modificar o convívio entre família, escola e sociedade.

“O contexto familiar e o escolar devem seguir os mesmos caminhos simultaneamente fortalecendo suas relações para obter melhores resultados no desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos filhos/alunos” (ZANE, 2013, p. 17). Família e escola devem trabalhar unindo suas forças, trabalhando em conjunto, estimulando o interesse pelo conhecimento, despertando a curiosidade e as habilidades das crianças em buscar o novo, em sair de uma situação problema utilizando a argumentação e a reflexão. A educação não pode acontecer isoladamente. Quando a escola recebe o apoio familiar, ela avança na qualidade de ensino.

Os benefícios de uma boa integração entre a família e a escola relacionam-se a possíveis transformações evolutivas nos níveis cognitivos, afetivos, sociais e de personalidade dos alunos (POLONIA, DESSEN, 2005, p. 305). Além dessas transformações, a boa integração dessas instituições permite que a criança desenvolva sua autonomia e cresça com os princípios de responsabilidade.

Mas não podemos perder de vista que

as relações entre a família e a escola apresentam padrões e formas de interação bem peculiares que precisam ser identificadas, apreendidas e analisadas com o intuito de propiciar uma melhor compreensão não só dos

aspectos gerais da integração entre ambos como também daqueles mais peculiares a cada ambiente. (POLONIA, DESSEN, 2005, p. 305).

Percebemos diante dos estudos de Polonia e Dessen (2005), que é necessário uma relação positiva e harmoniosa entre as duas instituições para o pleno desenvolvimento das crianças, mas no processo educativo, cada instituição possui uma função. A família possui obrigações especiais que refletem na postura e na personalidade das crianças quando se tornarem adultas “atuando como propulsores ou inibidores do seu crescimento físico, intelectual e social” (POLONIA, DESSEN, 2005, p. 304). Já a escola é um complemento dessa educação no qual segundo Polonia e Dessen (2005, p 304), “as crianças investem seu tempo, envolvem-se em atividades diferenciadas ligadas às tarefas formais (pesquisa, leitura dirigida, por ex.) e aos espaços informais de aprendizagem (hora do recreio, excursões, atividades de lazer)”. Oliveira e Marinho (2010, p.101), defendem que “a escola é a instituição que tem como função a socialização do saber sistematizado, ou seja, do conhecimento elaborado e da cultura erudita”.

Vimos durante o processo de pesquisa e de escrita, que a educação infantil não é tarefa exclusiva da escola, ou da família, as duas precisam caminhar juntas. Não é apenas propor o ato de ensiná-las a ler e escrever é preciso acima de tudo, prepará-las para enfrentar novos desafios. Esse processo preparatório requer a co-participação de todos que envolvem o ambiente de inserção da criança e demanda um olhar cuidadoso e paciente, observando cada processo evolutivo da criança, tanto no ambiente escolar, quanto familiar. É essencial conhecer a criança seus desejos, suas limitações, suas habilidades, proporcionando um ambiente confiável de aprendizado.

2.3 Formas de participação

Motta (1984, p. 201), descreve que “participar não significa assumir um poder, mas participar de um poder, o que desde logo exclui qualquer alteração radical na estrutura de poder”.

Participar não significa necessariamente em que todas as pessoas ou grupos opinem sobre todas as matérias, mas implica necessariamente em algum mecanismo de influência sobre o poder. Para participar é necessário algum conhecimento e certas habilidades políticas. Isto varia conforme a amplitude da participação e a natureza das matérias em que participa. (MOTTA, p. 202).

Para Motta (1984), essa participação tem que ser “autêntica” sem o uso de “manipulação camuflada”. A ideia é de que nem todos precisam participar, mas a participação tem que ser real, os indivíduos precisa opinar com sabedoria, entender sobre o que estão discorrendo, para que no fim, as decisões sejam para beneficiar a coletividade, e não à um pequeno grupo.

De acordo com Vieira (2012, p. 29) a participação dos pais na escola é de extrema importância para que se estabeleça a relação de confiança entre família e escola, uma vez que sob esta relação são firmados processos importantes para o desenvolvimento das crianças. É verdade que a participação dos familiares na vida escolar de seus filhos é de suma importância para o seu desenvolvimento integral, mas de acordo com os estudos de Oliveira e Marinho (2010, p. 103), muitos professores afirmam que, “apesar de abrirem as portas da escola à participação dos pais, esses são desinteressados em relação à educação dos filhos, na medida em que atribuem à escola toda a responsabilidade pela educação”. Apoiado nesta ideia, o relato é evidente que “a relação família-escola está permeada por um movimento de culpabilização e não de responsabilização compartilhada” (OLIVEIRA, MARINHO, 2010, p. 102). Diante desta afirmação, os mesmos autores classificam essa visão como “pessimista” e que impede ações positivas para o enfrentamento de obstáculos.

Na visão de Braga (2017, p.418), existe “um implícito confronto entre escola e a família, nitidamente visível na parceria entre as duas agências educativas” e de acordo com ele “cabe aos profissionais da educação buscar na parceria com os pais/responsáveis fortalecer os vínculos de trocas de experiências no intuito de assegurar que as crianças recebam uma educação qualificada” (BRAGA, 2017, p. 418). Vieira (2012, p. 29), também considera que “inicialmente deve partir da escola a responsabilidade de proporcionar esta participação, o partilhamento da educação entre as duas instituições e todos os que se relacionam com elas”.

Vieira (2012, p. 30), descreve que é necessário que as escolas discorram sobre como efetivar essa participação para garantir resultados que se firmem nos princípios da “cooperação e colaboração de todos os envolvidos no contexto escolar, abrangendo professores, direção, e servidores em geral” (VIEIRA, 2012, p. 30).

Joyce Epstein (1992) apud Oliveira e Marinho (2010, p. 102), revela que essa participação pode ser reproduzida de várias formas ao utilizar os cinco tipos de Envolvimento

Parental para exemplificar como pode ocorrer essa participação dos pais no ambiente institucional:

A) os pais ajudarem os filhos em casa, que diz respeito à função dos pais em atender as necessidades básicas dos filhos e em organizar a rotina familiar diária; b) os professores comunicarem-se com os pais, que se refere à função da escola de informar os pais acerca do regulamento interno da escola, dos programas escolares e dos progressos e dificuldades dos filhos; c) envolvimento dos pais na escola, apoiando voluntariamente a organização de festas e alunos com dificuldades de aprendizagem; d) envolvimento dos pais em atividades de aprendizagem, em casa, participando da realização de trabalhos, projetos e deveres de casa; e) envolvimento dos pais na direção das escolas, influenciando e participando da tomada de decisões, se possível. (JOYCE EPSTEI, 1992 apud OLIVEIRA, MARINHO, 2010, p. 103).

Polonia e Dessen (2005), compartilham das mesmas ideias ao citar em seus estudos os autores “Hess e Holloway” e os “cinco aspectos fundamentais para promover a integração entre família/escola” onde eles citam “a interação verbal entre a mãe e a criança, um relacionamento afetivo positivo entre os pais e a criança, as crenças e as influências dos pais sobre os filhos, as estratégias disciplinares e de controle e as expectativas dos pais” (HESS E HOLLOWAY, apud, POLONIA; DESSEN, 2005.p. 305).

Oliveira e Marinho (2010), reconhecem um aspecto contraditório na maneira como foi estabelecida as relações de parcerias entre família/escola ao afirmar que

os modelos pouco se referem às ações da escola e dos professores no sentido de promover a relação família-escola; tais ações são referidas somente nas ocasiões em que cabe à escola informar aos pais acerca do regulamento interno da escola, dos programas escolares e de progressos e dificuldades dos filhos. (OLIVEIRA, MARINHO, 2010, p 103).

Percebe-se então dentro desta perspectiva, que os pais desempenham funções que vão desde atividades básicas até as mais complexas, e sua participação na vida escolar de seus filhos se manifesta de várias formas, assim como, observar e planejar a rotina básica das crianças, demonstrar afetividade, carinho e respeito com as crianças, estabelecer um diálogo permanente com os professores sobre o desenvolvimento e dificuldades das crianças, auxiliar nas atividades escolares, participar das atividades recreativas e das datas comemorativas realizadas pela instituição escolar. Mas, para que essa participação seja efetiva e que traga resultados positivos é essencial que as duas instituições mantenham uma relação participativa, objetivando o pleno desenvolvimento das crianças na instituição escolar.

Em uma investigação realizada por Jowett e Baginsky (1988), relacionada aos potenciais benefícios decorrentes da parceria família e escola no ensino básico, os respondentes (inspetores de educação e diretores de escolas) indicaram melhor compreensão dos pais sobre a escola e a educação em geral, realização de reuniões conjuntas, com oportunidades para os pais falarem do seu papel e de si mesmos, promoção de encontros específicos, com o objetivo de ajudar pais e professores, em momentos críticos, favorecimento de troca de informações entre professores e pais, abertura de canais de comunicação entre a escola e a família, beneficiando os alunos, dentre outros, como resultados desta integração. (POLONIA, DESSEN, 2005. p. 305).

Diante dessa investigação realizada por Jowett e Baginsky (1988), citada nos estudos de Polonia e Dessen (2005), podemos dizer que os pais ao trabalharem em conjunto com a escola, e a escola ao abrir suas portas para os pais participarem ativamente das atividades escolares, possibilitam aos alunos resultados positivos que beneficiam a todos os envolvidos no processo educativo. Os pais ao serem ouvidos pela instituição podem relatar suas dificuldades e incertezas em relação a educação dos filhos, buscando novas possibilidades e métodos para ensinar as crianças. A escola e equipe gestora ao acolher as angústias e as dificuldades dos pais, podem trocar experiências, motivando os pais a apoiar seus filhos no desenvolvimento escolar. O resultado dessa relação participativa de ambas as partes é um ensino significativo. “Acima de tudo, essa participação deve ser qualitativa. Jogando por terra a justificativa de alguns pais que alegam não terem tempo de estarem sempre presentes na escola” (VIEIRA (2012, p. 31).

Existem outras maneiras em que os pais podem participar da educação dos filhos, e uma delas é envolver-se na construção do Projeto Político-Pedagógico das instituições escolares onde os filhos estão matriculados.

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupasse em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2002, p. 02).

O Projeto Político- Pedagógico constitui a identidade da escola, o documento define os pressupostos, as finalidades educativas e as diretrizes gerais da prática pedagógica de toda instituição. Veiga (2002), afirma que a construção do PPP é realizada baseada na autonomia da escola juntamente com a sua capacidade de “delinear sua própria identidade”. Assim, o

PPP resgata “a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva” (VEIGA, 2002, p.02). De acordo com Veiga (2002, p. 02), é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula. Portanto, o PPP delimita todos os passos que a escola poderá percorrer durante todo o ano letivo. Nele é preciso conter informações sobre como se dará o ensino em sala de aula, como os professores podem e devem atuar, traz informações das funções da equipe gestora e também como se deve a participação dos pais neste ambiente. Para Heineck (2016, p. 56), o PPP que explica como a escola pensa e trabalha e como promove uma gestão participativa, de tomada de decisões. “È sabido que o PPP é formulado cada dois anos e a família é integrante dessa elaboração, e requer um alinhamento de ideias para que assim, todos, estejam com o propósito de contribuir para a organização de um meio” (DOURADO, 2018, p. 37).

Desta forma, podemos concluir que é evidente que família e escola possuem suas diferenças em relação a forma de ensinar. O que não podemos deixar escapar é que a família não pode participar simplesmente dos afazeres das atividades escolares. A família tem que participar das reuniões, saber sobre a política de ensino, conhecer o PPP da instituição, colaborar com as tomadas de decisões e a escola precisa estar aberta para receber esses pais, pois eles são a peça chave para que o desenvolvimento aconteça respeitando as especificidades de cada criança, obtendo no final um ensino que possibilite o pleno desenvolvimento das habilidades de cada estudante.

Costa e Costa (2014), realizaram um acompanhamento do cotidiano de uma escola pública municipal da cidade de Simplício Mendes, no Piauí (PI) e utilizaram as ações do “Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). De acordo com os autores, esse programa consiste em levar licenciados para práticas escolares, aproximando universidade e educação básica. A estrutura organizacional contou com a participação de uma coordenadora, uma professora supervisora e dez alunos bolsistas do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, nos quais foram separados em três grupos (COSTA; COSTA, 2014).

O primeiro grupo foi caracterizado como “Grupo de Atividades Complementares” que ficaram com a incumbência de preparar tarefas com conteúdos voltados para palestras, exibição de filmes utilizando o uso tecnológico com temas que abordaram “ampliação da

cultura científica dos alunos e da comunidade escolar”. O segundo grupo intitulado de “Grupo de Atividades Práticas Pedagógicas” tinha a intenção de cooperar com os professores observando as necessidades dos alunos, levando essas questões para serem discutidas em reuniões promovendo a melhoria do “rendimento escolar”.

Já o terceiro grupo, ficou caracterizado de “Grupo de Monitoria”, e teve a incumbência de programar atividades através de projetos de intervenção voltados para alunos que revelaram interesse em superar suas dificuldades motoras e de aprendizado (COSTA; COSTA, 2014).

Além dessas propostas os bolsistas do PIBID, executaram um diagnóstico sobre a instituição escolar, realizaram uma observação sobre a participação da família dentro do ambiente educacional, e elaboraram um planejamento de atividades com o intuito de aproximar as duas instituições (COSTA: COSTA, 2014). Essas atividades segundo os autores consistiam em “realização reuniões com as famílias, visitas à família dos educandos atendidos, organização de atividades artísticas, esportivas e culturais (COSTA: COSTA, 2014, p. 07). O resultado desse acompanhamento obteve aspectos otimistas como podemos ver adiante:

vimos como positiva a visita feita à casa do alunos, pois acreditamos que com isso a família se sinta valorizada no projeto da escola. Consideramos também como positiva o fato de escola, através do PIBID, ter procurado as famílias para falar dos seus propósitos para que juntos pudessem participar e ajudar a resolver as possíveis dificuldades de aprendizagens dos filhos. Observamos também que o fato de a equipe do PIBID ter envolvido a família das crianças em atividades culturais com organização de dança junina (quadrilha) contribuiu para dar um sentimento de pertencimento da família a escola. Outro indicador de resultados positivos das ações de envolvimento da família na escola, diz respeito à aprovação alunos acompanhados pelo PIBID. (COSTA: COSTA, 2014, p. 07).

Além dessas considerações os autores complementam que é indispensável que a escola busque novos métodos de intervenção e de ações que sejam diferentes “da que vem sendo feita hoje, onde a família é que vem até a escola” (COSTA; COSTA, 2014, p. 09).

Ribeiro et al. (2020), realizaram uma experiência com um Grupo Operativo (GO), com docentes e mães de alunos no interior do Estado de Minas Gerais.

O GO se configura como dispositivo de abertura ao diálogo, com objetivo de identificar problemas de naturezas diversas, não somente no sentido concreto do termo, e de refletir sobre estratégias para resolução deles, ao mesmo tempo em que procura resgatar histórias e experiências pessoais dos próprios

participantes enquanto essa movimentação ocorre. (RIBEIRO ET AL. 2020, p. 79).

Essa experiência que empregou o dispositivo GO constatou que no “primeiro encontro houve nítida separação entre mães e professoras, refletida no distanciamento físico dentro da sala”. A presença das mães nestes encontros tinha caráter espontâneo, mas esse fato não impediu a resistência e o estranhamento entre os participantes. De acordo com Ribeiro et al. (2020), isso pode ser devido ao fato de se tratar de algo novo que estava sendo proposto na instituição de ensino e também no município (RIBEIRO ET AL. 2020, p. 79). Outro aspecto observado por Ribeiro et al (2020, p. 83), “foi o fato de que, ao se propor falar sobre educação infantil, somente mulheres participaram dos encontros, mães e professoras”. No decorrer do encontro as professoras puderam partilhar suas dificuldades, seus descontentamentos e sua desmotivação e ainda partilharam da importância que a presença dos pais/responsáveis exercem sobre a vida escolar dos filhos, relatando que essa participação poderia fomentar o desempenho escolar, superando as dificuldades de aprendizado bem como questões relativas ao comportamento das crianças (RIBEIRO ET AL. 2020). Neste instante, foi percebido pela equipe, que as mães desconheciam essa realidade do relacionamento com os filhos e se sentiram penalizadas pelas professoras, colocando em risco o intuito do GO. As mães por sua vez relataram que não possuíam tempo nem formação específica para auxiliar os filhos nas atividades escolares estabelecidas pelas professoras e algumas mães ainda acrescentaram que era dever das professoras tolerar e dar conta dos alunos, pois foi a profissão que elas escolheram (RIBEIRO ET AL. 2020).

Neste primeiro momento de relatos entre professores e mães de alunos, pode-se notar o distanciamento entre duas instituições, nenhuma assume a responsabilidade educativa, mas sim, repassam essa função umas para outras, e empregam um discurso marcado por justificativas arcaicas que acompanham o ensino brasileiro durante décadas, como vimos no decorrer da pesquisa.

Com o intuito de aproximar família/escola a equipe institucional utilizou

o curta-metragem “Quando a escola vai à comunidade e a comunidade vai à escola”, que traz relatos de quais ferramentas uma escola pública em Belo Horizonte/MG utilizou para efetivar uma melhor aproximação entre a escola e as famílias. No filme as valorizações do território e do saber popular das famílias e da comunidade em questão eram enfocadas. (RIBEIRO ET AL. 2020, p. 88).

Ao empregar esse mecanismo, foi possível observar as potencialidades e as vulnerabilidades de cada participante envolvido e o grupo pode contribuir com sugestões de “atividades para que as famílias pudessem participar com seus filhos na escola, como oficinas de alfabetização de familiares que apresentassem dificuldade em ajudar seus filhos nas tarefas escolares” (RIBEIRO ET AL. 2020, p. 88).

Diante desse estudo, verificamos que ao trazer novos recursos para o ambiente em institucional, podemos criar soluções para que questões antes vistas como um problema, possam ser modificadas, propondo novas alternativas para que seja preenchida essa lacuna que separa família/ escola, propiciando resultados que beneficiem os alunos, as famílias, os professores e a escola.

3. Considerações finais

A pesquisa “Presença familiar e aprendizado da criança da educação infantil” teve como intuito mostrar através da pesquisa bibliográfica a importância que a família exerce sobre os estudos das crianças.

Na primeira parte do desenvolvimento, realizamos uma abordagem do histórico da educação infantil no Brasil, sua relação com a família, assim como os processos de incompreensão do ser criança como indivíduos frágeis e desvalidos de atenção e cuidado por parte da sociedade. Vimos que as crianças em tempos remotos, eram tratadas como adultos, obrigados a crescerem a força, deixando de lado o direito a infância e a educação. Percorremos um longo caminho, até chegar à criança da atualidade, protegida por leis e que recebem o direito a uma educação de qualidade.

A segunda parte do desenvolvimento, teve o intuito de apresentar quais os papéis que as instituições de ensino exercem sobre as crianças no decorrer da educação infantil. Realizamos um estudo desde o nascer da Escola Nova no início do século XX. Percebemos nesta parte do desenvolvimento que família e escola desempenham funções diferentes em relação a educação dos filhos, ou seja, a família como primeira instituição de ensino, fica a função de ensinar os valores morais e éticos para que a criança possa viver em sociedade.

Já a escola nos dias atuais, além dos valores morais e éticos tem a função de preparar essas crianças para a vida adulta, percorrendo caminhos de alfabetização, do ensinar a ler e a escrever, até o seu ingresso no mercado de trabalho, formando cidadãos críticos e autônomos

capazes de expressar suas vontades. Foi possível observar a importância que a família exerce no ensino das crianças. De acordo com os estudos dos autores citados ao longo da pesquisa, verificamos que as crianças quando recebem o apoio familiar tornam-se mais seguras, o ensino se torna mais eficiente e conseguem obter o desenvolvimento físico, intelectual e cognitivo.

Também vimos que para obter esses resultados de um ensino significativo e eficiente é necessário que essas instituições trabalhem em co-participação observando as dificuldades das crianças e unindo suas forças para que ensino seja pautado na qualidade superando as barreiras que vão surgindo no decorrer da vida escolar das crianças.

Já a terceira parte do desenvolvimento, realizamos uma pesquisa sobre como a essa parceria pode ser efetivada. Vimos durante o processo de pesquisa que ainda existe uma contradição em relação a essa parceria. Alguns atores citados no decorrer da evolução da escrita afirmam que essa aproximação deve partir da família e que as escolas apenas procuram os pais quando é para discorrer sobre regulamento interno, dos programas escolares e das dificuldades dos filhos.

Entretanto, quando realizamos o levantamento bibliográfico percebemos uma inversão de valores, onde cada instituição repassa suas responsabilidades educativas umas para as outras. Os pais atribuem a função educativa para a instituição escolar e a família participa de forma pouco ativa desse processo, essa afirmação pode ser notada quando Oliveira e Marinho (2010), asseguram que os pais são “desinteressados” pela educação dos filhos e ficam com a responsabilidade de comparecer em reuniões e saber sobre o “regulamento interno da escola” (OLIVEIRA, MARINHO, 2010). Participar da vida escolar e do processo de ensino-aprendizado das crianças, constitui tarefas acima de atividades burocráticas, é essencial os pais exercitem os cinco tipos de Envolvimento Parental de Joyce Epstein apud Oliveira e Marinho (2010).

Vimos também, que ao utilizar novos métodos de ações voltados para a atenção a família, como os compartilhados pelos bolsistas do PIBID e o GO que foi criando por uma instituição escolar, podem funcionar como mecanismo de troca de experiências facilitando o diálogo, provocando o surgimento de novas propostas para solucionar conflitos existentes. A participação necessita ser compartilhada e as funções de cada instituição precisam ficar claras,

se interligar para que as crianças alcancem o pleno desenvolvimento e alcance índices educativos satisfatórios.

Diante do exposto, concluímos que a participação da família no ambiente escolar é substancial, não só para o progresso de aprendizagens das crianças em sua fase de alfabetização, mas também para o desenvolvimento integral, preparando-as para o convívio dentro da sociedade, possibilitando aprendizagens que vão desde o conhecimento empírico até alcançar o conhecimento científico. Ou seja, a participação das famílias na vida escolar dos seus filhos, permite que as crianças observem o meio ao qual pertencem, se apropriem de sua cultura e de suas raízes, ao adentrar no conhecimento científico as famílias participam da construção de um saber significativo e consistente que vão acompanhá-las ao longo de suas vidas. Também é essencial que a escola acolha a família respeitem sua cultura e suas individualidades.

Link para vídeo de apresentação disponível em <https://youtu.be/TecK_-sDKgA>.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza. 2007. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>> Acesso 04 de abril de 2020.

AMORIM, Kátia de Souza; BARRETO, Ângela Maria Rabelo; GOMES, Maria de Fátima. Cardoso; MACÁRIO, Alice de Paiva; NEVES, Vanessa Ferraz Almeida; OLIVEIRA, Zilma Maria Ramos; FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. **Continuando o debate sobre cuidado e educação de crianças nos primeiros anos de vida**. Teoria e Prática da Educação. v. 23, n.1, p. 22-35, Janeiro/Abril. 2020. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/49985>. > Acesso em: 21/08/20.

BRAGA, Lucineide Bezerra. **Família e escola: alguns entendimentos sobre participação**. Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras, n. 2, suplementar, p. 416-425, set. de 2017. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/231/pdf>> Acesso em: 13/02/21.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-

anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 24/11. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988. http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 25/08/20.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf> Acesso em: 06/08/20.

CAMPOS, Alexandra Resende. **Família e escola: um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro**. Artigo. Universidade Federal Fluminense. 2011. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Alexandra_Campos.pdf> Acesso em: 23/10/20.

CARMO, Carliani Portela do; CINTRA, Rosana Carla Gonçalves Gomes. **A educação Infantil no Brasil: surgimento das creches e as políticas públicas para a infância**. Anais do XIV Congresso Internacional de Direitos Humanos. 2017. Disponível em: <https://cidh2017.files.wordpress.com/2017/10/ar-gt1-9.pdf>> Acesso em: 24 de agosto de 2020.

COSTA; Sebastião Mendes; COSTA, Andressa Lopes. **Relação família – escola em uma escola pública de Simplício Mendes (PI): o olhar dos bolsistas do PIBID**. Anais VI FIPED... Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/6550>>. Acesso em: 29/03/2021 12:59

DOURADO, Daniela Santana. **A participação da família na escola de educação infantil**. Carinhanha BA 2018. Disponível em: https://bdu.unb.br/bitstream/10483/24495/1/2018_DanilaSantanaDourado_tcc.pdf> Acesso em: 01/02/21.

GUIMARÃES, Célia Maria. **A história da atenção à criança e da infância no Brasil**. 38, p. 80-142, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1984723818382017081/pdf>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

HEINECK, Jussara Elisabete. **A participação da família no contexto da escola contemporânea**. Lajeado, 2016. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1564/1/2016JussaraElisabeteHeineck.pdf>> Acesso em: 01/03/2021.

HENICK, Angélica Cristina; FARIA, Paula Maria Ferreira de. **História da infância no Brasil**. 2015, p. 25825-25834. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19131_8679.pdf> Acesso em: 24 de agosto de 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Práticas de organização e gestão da escola: objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos**. Cascavel (PR). 2015. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11022015_jose_carlos_libaneo_i.pdf> Acesso em: 05/11/20.

LIMA, Josefa Alves. **Relação família e educação infantil: um estudo de caso no Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) Casulo Odete Farias**. João Pessoa: UFPB, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1773/1/JAL05122016>> Acesso em: 10 de setembro de 2020.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Administração e participação: reflexões para a educação**. R. Fac. Educ. São Paulo, 1984. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33319/36057>> Acesso em: 25/02/2021.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Família e Escola na Contemporaneidade: os meandros de uma relação**. Educação & Realidade, vol. 31, núm. 2, julho-diciembre, 2006, pp. 155-169> Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227044010.pdf>> Acesso em: 23/10/ 20.

OLIVEIRA,C.B.E; MARINHO-ARAÚJO,C. M. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. Estudos de Psicologia I Campinas. janeiro – março. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n1/v27n1a12.pdf>> Acesso em: 07/11/20.

PIZZANI, L. et. al. (2012). **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf, 10(1), 53-66. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>> Acesso em: 04 de abril de 2020.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola relações família-escola**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>> Psicologia Escolar e Educacional, 2005 Volume 9 Número 2. Acesso em 07/11/20.

RIBEIRO, Guilherme Faria; SANTEIRO, Tales Vilela; CENTURION, Neftali Beatriz. **Aproximação entre família e escola: pensando experiência grupal em ambiente escolar público**. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v17n1/v17n1a05.pdf>> Acesso em: 29/03/2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14 a edição Papirus, 2002. Disponível em:

https://www.academia.edu/19258055/Veiga_ilma_passos_ppp_uma_construcao_coletiva>
Acesso em: 01/03/21.

VIEIRA, Ana Carolina de Oliveira. **Reflexão sobre a participação da família na escola.** Universidade de Brasília Faculdade de Educação. Brasília, 2012. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/4964>> Acesso em: 26/02/2021.

ZANE, Andréia Dias de Souza. **A Função da família na educação escolar.** Medianeira, 2013. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4497/1/MD_EDUMTE_2014_2_115.pdf
> Acesso em: 05/11/20.